

2018

PLANO *de* FUNDO

Guia dos estudos
da Fundação



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

ESTUDAR
Divulgar
DEBATER

*para
uma* sociedade
MAIS INFORMADA

OS ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

A par das outras actividades, e procurando dar substância à sua missão de “Estudar, Divulgar e Debater para uma sociedade mais informada”, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue o desenvolvimento de uma área de estudos com o objectivo de melhor conhecer e divulgar a realidade portuguesa.

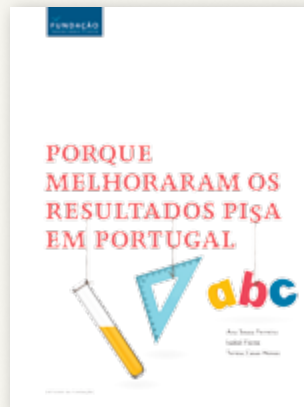
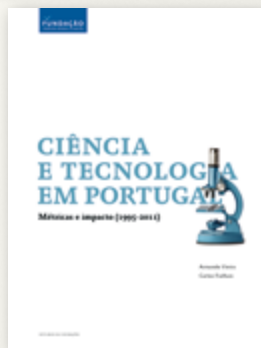
Os estudos encontram-se organizados em torno de três temas: economia, instituições e sociedade. Procura-se, assim, aprofundar o conhecimento nestas três matérias, tendo em conta as principais preocupações dos portugueses e o impacto que as políticas públicas, em cada uma destas áreas, pode ter nas suas vidas e no seu futuro colectivo.

A prioridade na selecção dos estudos desenvolvidos é a sua relevância social, devendo revelar dados inovadores, conclusões desconhecidas, ligações não antes estabelecidas sobre factos existentes, para que todos possamos debater no espaço público de modo mais informado.

Para este efeito, é também essencial assegurar a mais ampla divulgação destes estudos, promovendo um debate livre e plural, que possa contar com todos os pontos de vista. Este objectivo só se atinge plenamente com o envolvimento de todos: actores públicos, academia, comunicação social, empresas e sociedade civil.

O presente plano de fundo é o guia de estudos da Fundação a publicar ao longo do ano de 2018, contendo um breve resumo de cada estudo, principais objectivos e equipa de investigação, permitindo assim antecipar a sua divulgação e melhor preparar o debate.

Gonçalo Saraiva Matias
DIRECTOR DE ESTUDOS



Igualdade de género ao longo da vida

Portugal no contexto europeu

Este estudo procura identificar desigualdades de género em Portugal em comparação com os restantes países europeus. Nesse sentido, a equipa de investigação traçou perfis de mulheres e de homens em três idades da vida: a infância e juventude (até aos 29 anos); a *rush hour of life* (dos 30 aos 49 anos); e a fase tardia da vida adulta (entre os 50 e os 65 anos).

O género e a idade têm um grande impacto nas percepções individuais, nas expectativas sociais e nas relações de poder. A verdade é que, sendo transversais, as desigualdades de género tendem a produzir efeitos muito diferentes consoante as classes sociais, as gerações e as regiões analisadas.

Será que o género condiciona as oportunidades concedidas às mulheres? Como se reparte o trabalho remunerado e não remunerado – nomeadamente o tempo despendido a cuidar da casa e da família – entre homens e mulheres? E será que a recente crise económica e financeira afectou diversamente homens e mulheres no que toca ao desemprego, aos salários e à precariedade? Este estudo tentará responder a estas e outras perguntas.

Sabia que...

... As mulheres europeias dedicam quase o dobro do tempo dos homens a cuidar da casa e da família?

... As mulheres tendem a receber menos e a enfrentar situações laborais mais precárias do que os homens em quase toda a Europa?

... A criminalidade, a morte por violência e o suicídio são muito mais frequentes em homens, enquanto a violência doméstica é esmagadoramente infligida por homens contra mulheres?

... A maioria dos empresários, dirigentes e profissionais liberais europeus são homens, apesar de as mulheres estudarem (em média) mais do que os homens?

Porquê este estudo?

A desigualdade de género é um facto incontestável em Portugal, tal como na maioria dos países europeus. Apesar dos avanços legislativos alcançados nos últimos anos, a discriminação das mulheres subsiste nas mais variadas dimensões. É fundamental perceber porquê e o que podemos fazer, colectivamente, para alcançar a igualdade de género.



Coordenadora

Anália Torres é Professora Catedrática de Sociologia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) e coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) do ISCSP-ULisboa. Foi Presidente da European Sociological Association (ESA) entre 2009 e 2011, membro do painel de avaliação *Institutions, values, beliefs and behaviour* do European Research Council entre 2012 e 2015, Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) entre 2002 e 2006, e faz parte da equipa responsável pela aplicação do *European Social Survey* em Portugal desde a primeira vaga (2002). Completou a agregação (2010), o doutoramento (2001) e a licenciatura em Sociologia no ISCTE-IUL (1985).

Data de apresentação – 28 de Maio

A apresentação terá lugar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), das 14h30 às 18h00.

notas

<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>

Economia e competitividade

Em Outubro, a Fundação Francisco Manuel dos Santos realizará, no Porto, uma conferência sobre a competitividade da economia portuguesa. Nela serão apresentados três estudos: “O que fica quando a multinacional sai?”, “Empreendedorismo e desigualdade de rendimentos do trabalho” e “Diversificação da economia portuguesa e crescimento”. O encerramento da conferência ficará a cargo de um *keynote speaker* internacional a anunciar.

notas

[illegible]

Diversificação da economia portuguesa e crescimento

o papel do investimento directo estrangeiro e de outras condições institucionais

O investimento directo estrangeiro é encarado, há várias décadas, como a panaceia que salvará definitivamente a economia portuguesa. Mas, como costuma ser apanágio das soluções milagrosas, é mais fácil dizer do que fazer. Ou por outra, é mais fácil constatar que o investimento é necessário do que angariá-lo.

Com o intuito de contribuir para este debate, os autores procuraram responder às seguintes questões: que condições institucionais e produtivas são indispensáveis para garantir o tão ambicionado investimento estrangeiro? Será que investimentos focados em determinados pólos ou produtos compensam? E quais são as regiões e produtos nos quais as empresas devem apostar para competirem internacionalmente?

Entre outras coisas, este estudo identifica *produtos-oportunidade*, bem como empresas e pólos (ou *clusters*), com condições para adaptarem a sua produção e aproveitarem oportunidades desconhecidas até aqui.

Porquê este estudo?

Este estudo é inovador nos métodos e nas conclusões. Partindo do princípio de que os países desenvolvidos têm estruturas produtivas muito diferenciadas que se dedicam ao desenvolvimento de produtos complexos, os autores procuram identificar oportunidades específicas de diversificação da estrutura produtiva portuguesa. Assim sendo, prevê-se que venha a despertar o interesse dos agentes económicos que pretendam dinamizar a economia portuguesa, sejam eles empresários, instituições públicas ou investidores.



Coordenadora

Leonor Sopas é Professora Auxiliar Convidada na Católica Porto Business School da Universidade Católica Portuguesa, onde lecciona desde 1991. Tem investigado nas áreas de negócio internacional, internacionalização empresarial, cadeias de valor globais e *clusters* regionais, entre outras. Foi adjunta do Secretário de Estado para a Competitividade e Internacionalização entre 1996 e 1997, assessora técnica da Comissão Executiva da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave (1991-1995) e colaboradora permanente do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, entre 1991 e 1996. É licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e mestre em Estudos Europeus pelo College of Europe, na Bélgica.

Data prevista de apresentação – 2 de Outubro

Integrada na conferência “Economia e competitividade”.

notas

Empreendedorismo e desigualdade de rendimentos do trabalho

O empreendedorismo é um fenómeno antigo que se tornou numa obsessão nacional aquando da chamada *Grande Recessão*, especialmente durante o programa de assistência económica e financeira (2011-2014).

Nesse período difícil o desemprego grassava e a iniciativa individual parecia ser a única alternativa à emigração. Conceitos como “*startup*”, “*incubadora de empresas*” e “*venture capital*” entraram no léxico dos portugueses. Mas será que conhecemos realmente este fenómeno tão apregoado?

Está por estudar o impacto do empreendedorismo na economia portuguesa e, mais concretamente, o seu impacto na desigualdade salarial. Será que o empreendedorismo gera desigualdade? E será que existe um empreendedorismo para ricos, que investem parte do seu capital em empresas emergentes sem problemas de liquidez, e um empreendedorismo para pobres, que investem as suas economias em microempresas para fugirem a salários baixos ou ao desemprego?

Porquê este estudo?

Portugal é um dos países mais desiguais da União Europeia no que toca a salários e acumulação de riqueza. A Fundação Francisco Manuel dos Santos já publicou dois estudos sobre desigualdade económica e um outro sobre a mobilidade social em Portugal. Este estudo mantém essa trajectória.

É necessário perceber em que circunstâncias o empreendedorismo pode ser um estímulo à mobilidade social e o que podem fazer o legislador e as entidades públicas para incentivarem o crescimento económico.

Data prevista de apresentação – 2 de Outubro

Integrada na conferência “Economia e competitividade”.



Coordenador

Rui Baptista é Professor Catedrático de empreendedorismo e inovação e Director do Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico. Lecciona e investiga economia do empreendedorismo e inovação e interessa-se por dinâmica da indústria, mercado de trabalho e desenvolvimento regional. Licenciou-se em Economia na Universidade Católica Portuguesa (1990) e doutorou-se em Gestão na London Business School (1997). É Professor Convidado na Carnegie Mellon University, foi professor de Empreendedorismo Internacional e Director de investigação da Brunel Business School da Brunel University London e investigador no Max Planck Institute e na Indiana University Bloomington.

notas

O que fica quando uma multinacional sai?

O encerramento de uma filial de uma empresa multinacional tem repercussões sociais e económicas evidentes, sobretudo num país como Portugal, cujo tecido produtivo é maioritariamente composto por pequenas e médias empresas.

Quando uma empresa multinacional opta por sair de um país, gera necessariamente desemprego, algo que pode revelar-se especialmente dramático quando todos os membros de um agregado familiar trabalham nessa empresa, ou ainda quando os trabalhadores menos diferenciados – ou excessivamente especializados – têm uma idade avançada e logo mais dificuldade em encontrar outro posto de trabalho.

A equipa de investigação traçará um mapa de Portugal com todas as subsidiárias de empresas multinacionais que fecharam nos últimos 20 anos, analisando ainda a mobilidade do capital humano suscitada por esses encerramentos. Entre outras coisas, será possível perceber quais foram as indústrias e regiões mais afectadas pelas deslocalizações, mas também quais delas aproveitaram melhor o capital humano disponível.

Porquê este estudo?

Este estudo deverá interessar a empresários, governantes e académicos, uma vez que permite perceber como é que a economia portuguesa tem absorvido e reintegrado o capital humano que fica disponível quando uma empresa multinacional decide deslocalizar-se, em comparação com outras economias europeias.

O encerramento de filiais de multinacionais é um assunto pouco estudado que tem um enorme impacto nalgumas comunidades, especialmente naquelas que dispõem de poucos empregadores. Idealmente, este estudo deverá contribuir para aumentar o conhecimento sobre este fenómeno, designadamente tentando perceber o que podemos fazer para minimizar as consequências nefastas que lhe estão associadas.



Coordenador

Pedro de Faria doutorou-se em Engenharia e Gestão no Instituto Superior Técnico em 2008. Actualmente é Professor Associado no departamento de Gestão e Estratégia da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade de Groningen, nos Países Baixos. A sua investigação foca-se na gestão da inovação e estratégia empresarial, dando especial atenção a como as empresas gerem as actividades de aquisição de conhecimento e como cooperam com parceiros. O seu trabalho foi publicado em diversas revistas de topo na área de gestão, como o *Journal of Management*, *Journal of International Business Studies* e *Research Policy*.

Data prevista de apresentação – 2 de Outubro

Integrada na conferência “Economia e competitividade”.

notas

<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>

Orçamento, economia e democracia

uma proposta de arquitectura institucional

O Orçamento de Estado é um instrumento fundamental da política económica e social de qualquer governo. Mas será que percebemos realmente como é delineado e executado? Este estudo tem como objectivo principal compreender qual é a arquitectura institucional que melhor garante a eficácia, a transparência e o controlo democrático da política orçamental. Entre outras coisas, os autores tentarão descrever o processo de feitura do Orçamento e farão algumas recomendações inspiradas nas melhores práticas internacionais.

Uma análise capaz da política orçamental implica, necessariamente, a avaliação das suas cinco fases: a formulação do Orçamento; a apreciação preliminar da proposta de Orçamento pelas entidades competentes, como o Conselho das Finanças Públicas, o Conselho Económico e Social e a Unidade Técnica de Apoio Orçamental; o controlo democrático exercido pela Assembleia da República; a execução orçamental propriamente dita; e, finalmente, o controlo legal e constitucional, tal como a auditoria do Tribunal de Contas.

Este projecto é inovador pelo seu carácter multidisciplinar. A equipa de investigação reúne especialistas em macroeconomia, economia política, direito constitucional e políticas públicas. Desejavelmente, esta abrangência redundará numa visão integrada da política orçamental.

Porquê este estudo?

A Fundação tem procurado conjugar a produção de estudos rigorosos sobre a realidade portuguesa com a democratização do acesso à informação recolhida. Este estudo vai ao encontro dessa missão, ao abordar um processo muito debatido mas pouco conhecido da generalidade dos cidadãos. Tendo em conta o impacto que o Orçamento do Estado tem nas políticas públicas e, consequentemente, na vida de todos, é imperioso que os cidadãos percebam como é elaborado, para que serve e de que forma podemos tornar o processo mais transparente e mais eficiente.



Coordenador

Abel Mateus é administrador do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), Professor Associado na Faculdade de Economia da Universidade Nova e consultor do Banco de Portugal. Foi economista sénior do Banco Mundial em Washington (1981-1992), Senior Fellow no University College London, membro do Comité Monetário da União Europeia e administrador do Banco de Portugal (1992-1998). Foi ainda Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade Nova, Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa e Professor na Universidade de Maryland, EUA. Completou a agregação em Economia na Universidade Nova de Lisboa, o doutoramento em Economia na Universidade da Pensilvânia (1976) e a licenciatura em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970).

Data prevista de apresentação – Outubro

notas

Poder local em Portugal

Em Novembro, a Fundação Francisco Manuel dos Santos organizará uma conferência exclusivamente dedicada ao poder local. Nela discutir-se-ão temas como a qualidade da governação local, o financiamento dos municípios portugueses, e a limitação de mandatos nos órgãos executivos das câmaras municipais e juntas de freguesia. Este evento incluirá a apresentação de um estudo inédito, intitulado a *Qualidade da governação local em Portugal* e outros debates inspirados em três estudos recentes da Fundação sobre o poder local: *Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos* (2016); *Limitação de mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral* (2017); e *O impacto económico dos fundos europeus: a experiência dos municípios portugueses* (2017).

notas

A qualidade da governação local em Portugal

O conceito de “governação” não é unívoco. Ainda assim, a grande maioria dos especialistas considera que diz respeito às relações entre o Estado, os cidadãos e os actores do sector privado (empresarial e sem fins lucrativos). A governação local pode então ser definida como o processo através do qual as políticas públicas são decididas e implementadas a nível local.

Este estudo procura desenvolver e implementar uma ferramenta que permita avaliar e comparar a qualidade da governação local em Portugal. Entre outras coisas, analisa a capacidade institucional dos vários municípios para prestarem bens e serviços aos cidadãos, utilizando métodos quantitativos e entrevistas a protagonistas da política autárquica portuguesa.

Essencialmente, a equipa de investigação tentará responder a duas questões: Como se mede e compara a qualidade da governação dos 308

municípios portugueses? E ainda, que factores afectam os resultados obtidos por cada um dos municípios?

Porquê este estudo?

Uma vez que o acesso aos representantes é tendencialmente maior no poder local, sobretudo em autarquias de pequena ou média dimensão, há quem defenda que o cidadão comum se interessa particularmente pela política autárquica. Talvez por isso, os estudos sobre o poder local têm ganho relevância nas últimas duas décadas.

Com este estudo a Fundação pretende alcançar autarcas, empresários, funcionários camarários, gestores de empresas públicas, membros de instituições pertencentes à sociedade civil, e envolvê-los neste debate alargado.

Data prevista de apresentação – Novembro



Coordenadores

António Tavares é Professor Associado com Agregação do Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, desde 2012. É co-editor da *Urban Affairs Review* desde 2014, tendo sido Professor Associado Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra entre 2004-2015. Os seus interesses de investigação centram-se na governação local e administração autárquica, incluindo temas como governação regional, prestação de bens e serviços e participação política. Licenciou-se em Sociologia das Organizações pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (1994), completou o mestrado em Administração Pública na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (1997) e o doutoramento em Administração e Políticas Públicas pela Florida State University nos EUA (2002).



Luís de Sousa é investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e coordenador responsável da rede de investigação sobre agências anticorrupção (ANCORAGE-NET) e presidente da Transparência e Integridade – Associação Cívica (TIAC), ponto de contacto da Transparency International em Portugal. Foi Professor Auxiliar de Ciência Política da Universidade de Aveiro e investigador convidado do Edmond J. Safra Center da Universidade de Harvard. Também desempenhou funções de investigação no CIES-ISCTE/IUL, Australian National University, Robert Schuman Centre for Advanced Studies do Instituto Universitário Europeu, Quality of Government Institute da Universidade de Gotemburgo, Universidade de Sófia e Universidade de Bucareste. Doutorou-se em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu em Florença (2002).

notas

<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>

A crise nos tribunais

Durante o Programa de Assistência Económica e Financeira a que Portugal esteve sujeito entre 2011 e 2014, os tribunais foram chamados a dirimir uma série de litígios. Este estudo procura perceber qual foi a relevância da crise económica e financeira na decisão judicial, no nosso país. Será que a crise foi tida em consideração pelos tribunais? E que pressupostos foram usados na argumentação judicial?

A crise financeira suscitou um amplo debate sobre os limites de actuação do poder judicial, fundamentalmente sobre o papel do Tribunal Constitucional em relação ao legislador, mas continua a faltar uma análise que contemple todos os processos disponíveis, de vários tribunais, de várias instâncias.

Este estudo incluirá duas bases de dados que serão disponibilizadas *online*. A primeira conterá informação relativa ao “direito da crise”, isto é,

toda a legislação decorrente do programa de ajustamento, enquanto a base de dados da “jurisprudência da crise” conterá informação sobre cada uma das decisões judiciais decorrentes desse programa.

Porquê este estudo?

A recente crise económica e financeira teve um grande impacto na vida dos portugueses, quer do ponto de vista económico, quer social. É importante perceber como actuaram os tribunais durante o Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a *troika*. Será que os tribunais tiveram os constrangimentos financeiros em consideração nas suas decisões? E como terão justificado juridicamente esses constrangimentos? A equipa de investigação tentará responder a estas e outras perguntas.



Coordenadora

Teresa Violante é investigadora associada na Universidade Goethe, em Frankfurt, e investigadora visitante no Instituto Max Planck, em Heidelberg, na Alemanha. É ainda investigadora no Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (CEDIS) e presidente das Conferências do Estoril desde 2016. Foi assessora do Gabinete de Juízes do Tribunal Constitucional entre 2007 e 2017 e advogada. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mestre em Direitos Humanos e Democratização pela Universidade de Pádua e doutoranda da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. As suas áreas privilegiadas de investigação são o Direito Constitucional Português, o Direito Constitucional Europeu, o Direito Constitucional Comparado e a Análise Empírica do Direito.

Data prevista de apresentação – Dezembro

notas

Religião e espaço público

identidades religiosas e dinâmica social na Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa é um autêntico *laboratório* da diversidade religiosa no nosso país. Para dar alguns exemplos, nela residem mais de metade dos não crentes, mais de 60% dos protestantes, mais de 40% dos crentes sem religião e mais de 60% dos indivíduos pertencentes a outras religiões.

Assim sendo, a equipa de investigação utilizará a Área Metropolitana de Lisboa para caracterizar o pluralismo religioso em Portugal, nomeadamente as minorias religiosas existentes, recorrendo a um inquérito abrangente.

Este estudo visa compreender melhor a ligação entre a diversidade religiosa e as dinâmicas sociais que lhe estão associadas: os hábitos, as atitudes, os valores, os estilos de vida (incluindo os tipos de família) e as vulnerabilidades.

Como têm sido integrados os crentes provenientes de países sem tradição de migração para Portugal? Quais são os principais problemas e benefícios decorrentes da convivência quotidiana entre várias identidades religiosas na

Área Metropolitana de Lisboa? E será que existe alguma correlação entre certas práticas religiosas e a pertença a outros grupos, nomeadamente de índole política e cultural?

Porquê este estudo?

Nos últimos anos, na Europa, reacendeu-se a discussão acerca do impacto dos fluxos migratórios nos modelos de coesão social. Vários estudos parecem indicar que, no espaço europeu, a tolerância religiosa depende dos equilíbrios demográficos. Ou seja, a intolerância religiosa e a xenofobia tendem a aumentar nas sociedades mais expostas à imigração (e integração) de indivíduos com identidades religiosas que fogem à norma.

Ultimamente, o interesse pela dinâmica sociorreligiosa das áreas metropolitanas tem aumentado. Indo ao encontro desta tendência recente, é expectável que este estudo venha a inscrever-se numa vasta rede internacional de estudos comparativos.



Coordenador

Alfredo Teixeira é Professor Associado na Universidade Católica Portuguesa e Director do Instituto de Estudos de Religião da mesma universidade. É investigador integrado no Centro de Estudos de Teologia e Estudos de Religião da Universidade Católica Portuguesa e colaborador do programa de mestrado e doutoramento em História e Cultura das Religiões da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investiga nas áreas de Ciências Sociais, Filosofia, Ética e Religião. Licenciou-se em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa em 1990, completou o mestrado em Teologia Sistemática na mesma instituição em 1994 e o doutoramento em Antropologia no ISCTE-IUL em 2003.

Data prevista de apresentação – Dezembro

notas

Sustentabilidade financeira e social do sistema de pensões português

Será que a maioria das pessoas percebe como funciona o intrincado sistema de pensões português? Tendo em conta as projecções demográficas conhecidas, como podemos garantir a sua sustentabilidade? E quais serão os cenários de reformulação do sistema à nossa disposição, caso venha a ser necessária?

Parece forçoso melhorar a sustentabilidade financeira do sistema, isto é, o equilíbrio entre a despesa e as contribuições. Ainda assim, enquanto comunidade, a sustentabilidade financeira não deverá ser a nossa única preocupação.

O objectivo principal deste estudo é descobrir qual será a melhor forma de assegurar, simultaneamente, a sustentabilidade financeira e a sustentabilidade social do sistema de pensões português.

Porquê este estudo?

Até ao momento, a maioria dos estudos sobre o sistema de pensões português tem-se centrado na sua sustentabilidade financeira e, mais raramente, na sua sustentabilidade fiscal. Este estudo utiliza um modelo de micro-simulação dinâmica inovador em Portugal, que contempla alterações nos atributos dos indivíduos que constam na base de dados, estando por isso melhor equipado do que os modelos anteriores para analisar os efeitos redistributivos da política de pensões.

Com este estudo a Fundação pretende trazer os factos para o debate, analisar cenários de reforma que são frequentemente aventados mas que nunca foram testados, e disseminar os dados pelo grande público através de uma *obra digital*. Esta página incluirá infografias, gráficos animados e várias funcionalidades, entre as quais um simulador de pensão, que permitirá ao utilizador comum perceber qual será a sua pensão em determinadas circunstâncias.



Coordenador

Amílcar Moreira é investigador Pós-Doc no Instituto de Ciências Sociais, integrado no Instituto do Envelhecimento, da Universidade de Lisboa, desde 2012. Os seus interesses de investigação incidem sobre políticas sociais activas, pobreza e exclusão social, envelhecimento activo e política social comparada. Foi investigador Pós-Doc no Trinity College Dublin, onde colaborou na preparação do The Irish Longitudinal Study on Ageing (TILDA), e investigador Pós-Doc no Nordic Centre of Excellence em Oslo. É co-editor do livro *Activation or Workfare? Governance and the Neo-Liberal Convergence* publicado em 2014 pela Oxford University Press e autor do livro *The Activation Dilemma: Reconciling the fairness and effectiveness of minimum income schemes in Europe*, editado pela Policy Press. Doutorou-se em Política Social na Universidade de Bath em 2006.

Data prevista de apresentação – Outubro de 2018 ou Fevereiro de 2019

notas

<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>
<hr/>	<hr/>

Estudos da Fundação

2010-2017

Economia

25 anos de Portugal Europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais
Coordenado por Augusto Mateus; 2013.

A economia do futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas
Coordenado por João Ferrão; 2014.

Benefícios do Ensino Superior
Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela; 2017.

Custos e preços na Saúde: passado, presente e futuro
Coordenado por Carlos Costa; 2013.

Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos
Coordenado por José Tavares; 2016.

Investimento em infra-estruturas em Portugal
Coordenado por Alfredo Marvão Pereira; 2016.

O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal
Coordenado por Rodrigo Sarmiento de Beires; 2013.

Que economia queremos?
Coordenado por João Ferrão; 2014.

Três décadas de Portugal Europeu: balanço e perspectivas

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

Instituições

Droga e Propinas: avaliações de impacto legislativo
Coordenado por Ricardo Gonçalves; 2012.

Feitura das Leis: Portugal e a Europa
Coordenado por João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif; 2014.

Juízes na Europa: formação, selecção, promoção e avaliação
Coordenado por Carlos Gómez Ligüerre; 2015.

Justiça Económica em Portugal: a citação do réu no processo civil
Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: factos e números
Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: gestão processual e oralidade
Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal:

meios de resolução alternativa de litígios

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal:

novo modelo processual

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal:

o sistema judiciário

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal:

produção de prova

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal:

recuperação do IVA

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal:

síntese e propostas

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Limitação de mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral

Coordenado por Francisco Veiga e Linda Veiga; 2017.

O Estado por dentro: uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Coordenado por Daniel Seabra Lopes; 2017.

O impacto económico dos fundos europeus: a experiência dos municípios portugueses

Coordenado por José Tavares; 2017.

O Ministério Público na Europa

Coordenado por José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo; 2015.

Portugal nas decisões europeias

Coordenado por Alexander Trechsel, Richard Rose; 2014.

Segredo de Justiça

Coordenado por Fernando Gascón Inchausti; 2013.

Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenado por Alejandro Portes e M. Margarida Marques; 2015.

Estudos da Fundação

2010-2017

Sociedade

A Ciência na Educação Pré-Escolar

Coordenado por Maria Lúcia Santos,
Maria Filomena Gaspar, Sofia Saraiva Santos;
2014.

Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995-2012)

Coordenado por Armando Vieira
e Carlos Fiolhais; 2014.

Como se aprende a ler?

Coordenado por Isabel Leite; 2010.

Cultura científica em Portugal

Coordenado por António Granado
e José Vítor Malheiros; 2015.

Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

Desigualdade económica em Portugal

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2012.

Determinantes da fecundidade em Portugal

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: crenças, conhecimentos e formação dos professores

Coordenado por João A. Lopes; 2014.

Envelhecimento activo em Portugal: trabalho, reforma, lazer e redes sociais

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Escolas para o século XXI: liberdade e autonomia na educação

Coordenado por Alexandre Homem Cristo; 2013.

Informação e Saúde

Rita Espanha; 2013.

Fazer contas ensina a pensar?

Coordenado por António Bivar; 2010.

Informação e Saúde

Coordenado por Rita Espanha; 2013.

Inquérito à Fecundidade 2013

INE e FFMS; 2014.

Justiça entre gerações:

perspectivas interdisciplinares

Coordenado por Jorge Pereira da Silva
e Gonçalo Almeida Ribeiro; 2017.

Literatura e ensino do português

Coordenado por José Cardoso Bernardes
e Rui Afonso Mateus; 2013.

**Migrações e sustentabilidade demográfica:
perspectivas de evolução da sociedade
e economia portuguesas**

Coordenado por João Peixoto; 2017.

Mobilidade social em Portugal

Coordenado por Teresa Bago d’Uva; 2017.

**Mortalidade Infantil em Portugal:
evolução dos indicadores e factores associados
de 1988 a 2008**

Coordenado por Xavier Barreto
e José Pedro Correia; 2014.

O multimédia no ensino das ciências

Coordenado por João Paiva; 2015.

**O quinto compromisso:
desenvolvimento de um sistema de garantia
de desempenho educativo em Portugal**

Coordenado por Margaret E. Raymond; 2015.

**Os tempos na escola: estudo comparativo
da carga horária em Portugal e noutros países**

Coordenado por Maria Isabel Festas; 2014.

**Porque melhoraram os resultados do PISA
em Portugal? Estudo longitudinal e comparado
(2000-2015)**

Coordenado por Ana Sousa Ferreira; 2017.

**Processos de envelhecimento em Portugal:
usos do tempo, redes sociais e condições de vida**

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013

Projecções 2030 e o futuro

Coordenado por Maria Filomena Mendes
e Maria João Valente Rosa; 2012.

Que ciência se aprende na escola?

Coordenado por Margarida Afonso; 2013.

Será a repetição de ano benéfica para os alunos?

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

Destques de 2017



Benefícios do Ensino Superior

Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela

Nos últimos anos, com o aumento do desemprego entre os diplomados do ensino superior, gerou-se alguma desconfiança quanto à utilidade de investir na educação superior. Ainda compensará estudar até mais tarde? Será que um curso superior ainda garante melhores salários e empregos? E terá efeitos positivos para a saúde e o bem-estar individual?

Este estudo analisa de forma sistemática os benefícios económicos e os benefícios não económicos de tirar um curso superior. A conclusão é inequívoca. Apesar do contexto cada vez mais desafiante e competitivo para os diplomados, que aumenta o risco do investimento na formação, estudar compensa. Para além das vantagens pecuniárias, a educação superior está associada a um maior envolvimento social e político, maior tolerância e mais confiança nas instituições.



O Estado por dentro

Coordenado por Daniel Seabra Lopes

Correntemente falamos do Estado enquanto figura abstracta. Discutimos as funções do Estado, lidamos com o Estado e descrevemos episódios com instituições do Estado. Mas será que sabemos realmente como funciona o Estado? Este estudo apresenta uma visão etnográfica de quatro instituições públicas, baseadas no trabalho de campo intensivo. Durante meses vários investigadores acompanharam o quotidiano e recolheram depoimentos das pessoas que trabalham na Agência Portuguesa do Ambiente, na Assembleia da República e em dois tribunais de primeira instância, inteirando-se das suas dificuldades e motivações.

Estudos etnográficos como este são raros em Portugal. Nele são afloradas culturas específicas que não se prestam a análises quantitativas. Neste sentido, este estudo constitui um contributo importante para aumentar o conhecimento dos cidadãos em relação às instituições públicas que financiam, mitigando a distância em relação ao Estado e tornando-o numa entidade concreta, ainda que diversa.



Migrações e sustentabilidade demográfica

Coordenado por João Peixoto

As migrações têm um grande impacto na economia, no mercado de trabalho, nos sistemas de protecção social e em muitas outras dimensões da vida colectiva. Talvez por isso despertem tantas paixões.

Este estudo analisa o papel das migrações na sustentabilidade demográfica de Portugal a curto, médio e longo prazo, recorrendo a projecções até 2060. As tendências de envelhecimento, diminuição da população e redução do número de pessoas em idade activa estão em curso. Neste contexto, qual seria o saldo migratório necessário para contrariar estas tendências demográficas? Como poderão as migrações responder às necessidades futuras do mercado de trabalho, nomeadamente por níveis de qualificação? E qual será o impacto das migrações no sistema da segurança social, em particular no subsistema de pensões de velhice?

Conclui-se que Portugal deve manter-se aberto à imigração e resistir a uma emigração volumosa. Mas, percebendo que os níveis de migração necessária são inverosímeis, o estudo alerta para a necessidade de encontrar outras soluções que garantam a sustentabilidade demográfica.

Equipa de Estudos da Fundação



Director de Estudos

Gonçalo Saraiva Matias é membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde concluiu a licenciatura, o mestrado, e o doutoramento. É Director da Católica Global School of Law. Realizou investigação como Fulbright Visiting Scholar na Georgetown University Law School. Actua especialmente nas áreas de Direito Regulatório, Administrativo, Constitucional e Internacional. Foi Professor Convidado da Washington University in St. Louis. Foi Assessor para os Assuntos Jurídicos e Constitucionais da Casa Civil do Presidente da República entre 2008 e 2014 e é consultor da mesma Casa Civil desde 2014. Foi Director do Observatório das Migrações. Foi Secretário de Estado Adjunto e para a Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional.



Consultor da área de Economia

Fernando Alexandre é Professor Associado da Universidade do Minho e doutorado em Economia pela Universidade de Londres – Birkbeck College, com uma tese sobre política monetária e mercados financeiros. Foi Pró-Reitor para a Valorização do Conhecimento, Presidente da Escola de Economia e Gestão e Director do Departamento de Economia da Universidade do Minho. Exerceu as funções de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna no XIX Governo Constitucional. A sua investigação tem-se focado na poupança, investimento e crescimento da economia portuguesa, sobre a qual coordenou quatro livros, de que é também autor. A sua investigação está publicada em revistas científicas internacionais. Prestou serviços de consultoria, entre outras entidades, para a Fundação Calouste Gulbenkian, Tribunal de Contas, Associação Comercial do Porto e para o Governo português.



Consultor da área de Instituições

Carlos Jalali é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Oxford. É Professor na Universidade de Aveiro, onde dirige o mestrado em Ciência Política e o programa doutoral UA-UBI em Ciência Política, sendo também coordenador da linha Políticas Públicas, Instituições e Inovação na unidade de investigação GOVCOPP. O seu trabalho centra-se nas instituições políticas, sistemas partidários, comunicação política e comportamento eleitoral em Portugal. É autor de diversos artigos e capítulos em revistas científicas e livros internacionais e nacionais, incluindo o ensaio *Partidos e Sistemas Partidários* (2017, Fundação Francisco Manuel dos Santos). É, desde 2016, Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política.



Consultor da área de Sociedade

João Peixoto é Professor Catedrático no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa e investigador no SOCIUS/CSG – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, da mesma instituição. Licenciou-se em Sociologia pelo ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa e obteve o doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG/Universidade Técnica de Lisboa. As suas principais áreas de investigação são as migrações internacionais, demografia e sociologia económica. É autor de vários livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais.

[illegible]

